



EDUCAÇÃO POPULAR E EDUCAÇÃO DO CAMPO NA ARTICULAÇÃO DE CONCEPÇÕES E PRÁTICAS EDUCATIVAS EMANCIPATÓRIAS

Raimundo Sidnei dos Santos Campos

Universidade Federal da Paraíba-UFPA, sydneycamposstm@gmail.com

Resumo: Este artigo faz uma análise sobre educação popular e educação do campo no contexto da educação brasileira, dando ênfase para suas relações, sobretudo, no caráter político-pedagógico da articulação de processos educativos transformadores. O objetivo é discutir sobre a contribuição dessas concepções e práticas de educação para a construção de uma educação democrática na sociedade atual. Trata-se de um levantamento bibliográfico com análise temática que está fundamentado teórico-metodologicamente na Educação Popular e na Educação do Campo. A referência de análise privilegia a teoria de Paulo Freire por entender que essa proposta continua essencial para pensar a educação numa perspectiva crítica e popular. A educação popular assume uma significativa relevância para a Educação do Campo na medida em que fundamenta e orienta a construção de processos educativos dialógicos. A educação popular tem uma contribuição teórico-prática importante para pensar a educação do campo numa perspectiva crítica e contextualizada. O estudo revelou que a Educação do Campo pelo seu ideário e experiências práticas concretas traz importantes elementos da Educação Popular, principalmente da teoria freireana e dos movimentos sociais. Evidenciou também que a educação popular contemporânea fornece importantes bases pedagógicas e epistemológicas para a práxis da educação do campo em diferentes aspectos e dimensões. Conclui-se que a educação popular e a educação do campo se relacionam dialeticamente e se firmam como propostas de educação emancipatória, dialogando com diferentes matrizes de pensamento de base popular que visam à transformação da sociedade.

Palavras-Chave: Educação Popular, Educação do Campo, Paulo Freire. Emancipação.

Introdução

A educação pensada numa perspectiva crítica e contextualizada se constitui num importante instrumento de transformação social. A educação, segundo Freire, contribui para leitura da realidade e para o engajamento na ação política. Isto exige um espírito crítico capaz de problematizar e dialogar na produção e reconstrução do saber. Freire propõe uma Educação Popular que seja forjada no contexto concreto à luz de um projeto de sociedade em favor dos setores populares e oprimidos. Em princípios da Educação Popular assenta-se a Educação do Campo que encontra no pensamento freireano, uma matriz orientadora, uma vez que os movimentos sociais do campo entendem que para rediscutir a atual situação do campo brasileiro, também se precisa rediscutir o modelo de educação que nele é oferecido. A educação assume um papel preponderante



nesse processo tendo em vista que a realidade do campo traduz um modelo de exclusão e de desigualdades. A Educação do Campo enquanto projeto de educação traz a perspectiva de formação humana contida na Educação Popular. Tendo em vista esta compreensão, pergunta-se como a educação popular e a educação do campo dialogam e constroem processos educativos emancipatórios?

Diante dessa indagação, o presente trabalho tem como objetivo principal fazer uma reflexão crítica sobre a educação popular e a educação do campo no contexto da educação brasileira atual, procurando discutir a contribuição dessas concepções e práticas para a educação. Esta discussão está fundamentada num levantamento bibliográfico sobre estudos da educação popular e educação do campo no contexto educacional contemporâneo.

A educação popular e a educação do campo trazem elementos políticos e pedagógicos que fundamentam a prática educativa libertadora e dialógica com a valorização de saberes e práticas, que se articulam e dialogam. A Educação Popular e suas expressões concretas no campo possui inspiração, sobretudo no pensamento de Freire, pelo seu legado de caráter ético, epistemológico, pedagógico e político. A Educação Popular ampliou seus horizontes e hoje engloba outros campos do conhecimento, espaços de influência e interação com outros sujeitos. A educação popular nos contextos da Educação do Campo aponta para processos educativos emancipatórios na perspectiva política e pedagógica, ao tempo que, a educação do campo cria e recria a educação popular em múltiplas práticas, principalmente em defesa da democracia e da justiça social no campo como território de vida, lutas e conquistas.

Metodologia

Realizou-se um levantamento bibliográfico para fundamentação da temática desenvolvida, tendo como aporte teórico-metodológico principal, a educação popular e a educação do campo. Tomou-se como objeto a articulação da educação popular e educação do campo na construção de processos educativos emancipatórios. Trata-se, portanto, de um trabalho de reflexão teórica.

O trabalho foi resultado de parte dos estudos desenvolvidos no Componente Curricular: Tópicos em Educação Popular: Educação Popular, Educação do Campo e Movimentos Sociais da Linha de Pesquisa em Educação Popular do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba.



O estudo compreendeu uma abordagem teórica sobre a educação popular e a educação do campo. A educação do campo foi analisada a partir do referencial teórico e metodológico da educação popular, sobretudo na perspectiva freireana. A educação do campo foi problematizada a partir de seu marco teórico e legal numa perspectiva da educação popular e da perspectiva dos movimentos sociais populares.

O estudo se divide em duas partes, articuladas entre si. Primeiro se realiza uma discussão sobre os fundamentos teórico-práticos dos processos educacionais populares, a partir da Educação Popular e da Educação do Campo, com ênfase na sua contribuição para a teoria e prática da educação. E em seguida, se discute como essas propostas de educação podem dialogar e articular processos educativos emancipatórios na sociedade brasileira atual.

Resultados e Discussão

A educação popular no contexto atual se constitui numa diversidade de práticas e experiências educativas que se voltam para múltiplos campos da ação humana numa perspectiva emancipatória partindo da compreensão de que a educação se realiza por meio de processos dialógicos, contínuos e permanentes de formação, com a intenção de transformar a realidade a partir da ação consciente dos sujeitos individuais e coletivos. Carrillo (2013) reconhece a educação popular como uma corrente pedagógica e um movimento educativo, com profundas raízes na América Latina, que surge em torno das ideias de Paulo Freire, que se funda numa crítica a ordem social vigente e aponta caminhos alternativos de transformação social mediante estratégias pedagógicas dialógicas, problematizadoras, críticas e participativas. Para o autor a educação popular, como prática educativa e corrente pedagógica, está presente em diversos lugares sociais. O autor ressalta ainda o caráter de complexidade da educação popular, haja vista, que a mesma tem assumido diferentes sentidos e tendências, resultando em várias maneiras de conceber sua natureza e especificidade diante da realidade social e pedagógica.

Em estudo encomendado pelo CEAAL, Paludo (2006) estabelece um diálogo com vários autores sobre o tema Educação Popular na atualidade, procurando identificar quais os elementos que a definem. Nesse estudo, a autora identificou que o campo da educação popular revela uma diversidade de concepções, práticas, análises, enfoques prioritários, propostas e pressupostos. Para a autora a compreensão do processo atual vivido pela Educação Popular passa pela leitura crítica dos processos históricos, econômicos, sociais e culturais desencadeados pelo chamado “Projeto da



Modernidade”, recompondo, principalmente, o papel do Estado e, na esfera da cultura, atuando fortemente para a formação de um novo senso comum.

A Educação Popular tem no pensamento de Freire uma referência histórica para a educação brasileira do século XXI. Freire traz em sua obra uma ruptura com a educação tradicional domesticadora e aponta caminhos para construção de uma educação crítica e libertadora. Freire anuncia uma concepção de educação com elemento político-pedagógico para construção de uma educação problematizadora e dialógica que rompe com a lógica conservadora e vê a urgência de transformação da educação brasileira.

Gonzalez (2010) faz uma caracterização dos principais traços da Educação Popular e identifica três importantes dimensões, a saber: dimensão política, pedagógica e comunicativa. Para a autora a essência da Educação Popular é a política, pois se concebe como uma pedagogia gestada com os oprimidos, para sua conscientização crítica no contexto da sociedade opressora, visando superar a visão contemplativa da crítica e projetar a transformação revolucionária da sua realidade; na dimensão pedagógica, destaca que a Pedagogia de Freire como contraproposta a uma educação para a domesticação, aporta a concepção problematizadora para a libertação do ser humano, uma concepção pedagógica onde educandos e educadores aprendem e ensinam juntos mediados pelo mundo, a partir da identificação de temas geradores, que partem do interesse de quem aprende; e a dimensão comunicativa em contraposição a narração impositiva e manipuladora, a Educação Popular assume, na concepção comunicativa o diálogo problematizador.

Compreende-se que em Freire toda educação é uma ação política e por isso mesmo comprometida com algum projeto de sociedade e de homem, podendo servir como instrumento transformador ou reproduzidor de suas estruturas. Freire (1987, p. 38) esclarece que “na visão ‘bancária’ da educação, o ‘saber’ é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber”. Freire formula as bases políticas e pedagógicas para a construção de uma educação libertadora, fundamentada na teoria e prática da ação dialógica, que substitui o autoritarismo presente na escola tradicional pelo diálogo democrático nos diferentes espaços de vivências e de aprendizagens, tratados como uma educação como prática da liberdade (FREIRE, 1987).

Daí que, a educação libertadora se compromete com a mudança das estruturas opressoras da sociedade, possibilitando um processo de transformação social. Nessa educação, o educador tem como tarefa criar situações de problematização do mundo, criando situações de aprendizagem que possibilitem ao educando um exercício participativo e dialógico com a valorização de seus saberes



decorrentes de suas práticas e experiências significativas. Assim, para Freire a ideia de diálogo promove a problematização do mundo – a educação dialógica é a educação problematizadora.

Ao questionar os problemas da prática social e educacional, Freire desenvolve uma teoria crítica da educação, vendo num primeiro momento a conscientização como um instrumento de libertação na educação. Uma libertação que passa pela consciência do oprimido e luta de classes. Freire concebeu a educação como uma práxis social, que, para ser transformadora das condições de opressão, deveria ser entendida como uma ação cultural pela liberdade, uma ação social e política que não se faz no imediatismo, mas levaria tempo para se concretizar.

Ao estudar a educação popular, Scocuglia (1999, p. 327) esclarece que na “[...] *Pedagogia do oprimido*, (grifo do autor), se postula um processo educativo para a “revolução da realidade opressora”, para a eliminação da ‘consciência do opressor introjetada no oprimido’, via ação político-dialógica”. Vê-se que, Freire defende uma educação conscientizadora que busca a liberdade e exige coragem para enfrentar a educação opressora. Neste contexto, a análise da realidade se faz num sentido dialógico e de maneira criativa, não separada da dinâmica da história e de seu movimento. Assim, a educação popular explicita uma postura de leitura crítica da realidade social e econômica do Brasil, ao tempo que se baseia numa pedagogia. Segundo Scocuglia (2006, p. 55) “[...] devemos entender a *Pedagogia do Oprimido como ponto de partida*, (grifo do autor), de uma elaboração teórica mais aprofundada, mais consistente e mais rigorosa, especialmente quanto à sua base de fundamentação sócio-econômica e política [...]”. É importante perceber que a visão educacional que permeia a pedagogia do oprimido acrescentará mais tarde novos elementos que explicitarão um novo contexto e novas necessidades. A esse respeito, Streck (2010) observa que Freire soube reinventar a si mesmo e a pedagogia em meio ao movimento e dinâmica da sociedade, de modo que, “a pedagogia do oprimido se alonga em pedagogia da pergunta, pedagogia da esperança, pedagogia da autonomia, pedagogia da indignação e outras mais”. (2010, p. 300)

A compreensão explicitada sobre a pedagogia e a educação popular indica uma preocupação essencial com o processo de criação de ações transformadoras na sociedade e quase sempre engendradas na luta dos movimentos sociais, visando a emancipação na ação transformadora. Freire destaca que o ser mais se realiza com base na autoconsciência da inconclusão como ser humano e da visão da história como possibilidade para a instauração de inéditos viáveis. Assim sendo, se entende que a educação popular possibilita ao sujeito recriar-se e recriar sua realidade, instaurando novas formas de convivência humana. Isso nos remete a compreensão de que os processos



pedagógicos de educação popular não são fixos, prontos e acabados, mas estão relacionados com os movimentos e dinâmica da vida e do mundo.

Gadotti (2012, p.14) afirma que “[...] um dos princípios originários da educação popular tem sido a criação de uma nova epistemologia, baseada no profundo respeito pelo senso comum que trazem os setores populares em sua prática cotidiana, problematizando-o [...]”. Os princípios da educação popular se difundiram por muitas experiências populares e participativas no campo da educação, tanto fora quanto dentro da escola e isto sobre tudo, possibilitou o surgimento de diversas experiências, que na sua maioria tiveram como fonte de inspiração os fundamentos teórico-práticos do pensamento de Paulo Freire, que ajuda muito nas várias práticas sociais de reinventar o mundo.

Segundo Paludo (2000) partindo da configuração histórica da Educação Popular, e sua condição de concepção pedagógica, identifica-se a relação intrínseca com a Educação do Campo. A Educação do Campo como parte da luta dos Movimentos Sociais Populares do Campo, tem assumido a característica de ser um contraponto à concepção hegemônica de educação no sistema capitalista. Conforme Paludo (2000) se começa a conceber uma pedagogia na educação brasileira (e latinoamericana) que leva em consideração a realidade com vistas à sua transformação, em que as classes populares assumem papel central.

Nessa perspectiva de compreensão, Batista ao refletir criticamente sobre a constituição da identidade camponesa e da educação do campo pelos movimentos do campo esclarece que “No agir coletivo ocorre um processo de aprendizagem coletiva, nessa experiência de luta se aprende a ser sujeito, esse aprender e ensinar coletivo se configura como Educação Popular [...] uma pedagogia da luta social”. (2007, p.6). Desse modo, ao resgatar o contexto de constituição da Educação Popular como concepção pedagógica, ao retomar o pensamento freireano como fonte inspiradora, buscou-se identificar e apontar a vinculação desta com as diversas lutas dos movimentos sociais populares do campo em defesa da Educação do Campo, podendo inferir que a Educação Popular pela sua lógica político-pedagógica foi decisiva na constituição da Educação do Campo, pois os povos do campo se firmam em suas experiências educacionais para fazer valer seus direitos em vários sentidos e por conseguinte, promovem processos emancipatórios.

A educação do campo na perspectiva do movimento de educação e como política pública tem operado com os aportes da educação popular, inclusive de base freireana, para dar conta das complexas questões do campo e dos muitos desafios da contemporaneidade. Resulta daí, uma educação popular do campo para novos tempos, o que pressupõe uma nova educação, novos fundamentos e novos sentidos que se articulam com os anteriores.



Ao analisar a contribuição do pensamento de Freire para a educação popular em movimentos sociais com destaque para os princípios filosóficos e pedagógicos da educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) Batista (2005) ressalta a importância desse pensador e da sua concepção de educação popular para o conjunto das experiências de educação vivenciadas pelos movimentos populares, especialmente no MST. Segundo a autora, inspirados na educação popular freireana, o MST, tem se organizado com demais movimentos do campo em torno de um movimento por uma educação do campo, reconhecendo a importância da educação no desenvolvimento integral e omnilateral dos indivíduos e isso tem resultado em princípios, propostas, programas e metodologias implementadas nas escolas dos acampamentos e assentamentos da reforma agrária.

Na visão freireana a educação popular parte da compreensão crítica da realidade e da relação entre opressores e oprimidos. Por conseguinte, a educação do campo ao pensar e implementar essas práticas de educação corrobora e protagoniza um projeto de educação emancipatória. Batista (2006) observa que os princípios da Educação Popular fundamentam reivindicações dos movimentos sociais articulados pela construção de uma política pública de educação para os povos do campo, dentro de uma compreensão de educação bem alargada.

Ainda Batista utiliza Freire para lembrar que foi com ele que teve início uma nova forma de educação do campo, [...] destinada às classes populares que tivesse como primado da formação uma leitura crítica e engajada da realidade social que contribuísse para a organização dos setores oprimidos e apontasse para a transformação da realidade de opressão vivida pelos indivíduos. (BATISTA, 2006, p. 2). Com isso, a educação do campo, começa a questionar o seu currículo, passando a se pautar nas condições concretas do mundo dos camponeses, recorrendo aos temas geradores de Freire, buscando a formação de sujeitos críticos.

Segundo Caldart (2002) a concepção de Educação do Campo difundida pelos movimentos sociais para os povos do campo tem sua matriz em três referências: Pedagogia do Oprimido, Pedagogia do Movimento e na Pedagogia da Terra. A primeira referência ratifica que são os próprios oprimidos, na sua vivência com o outro, na sua cultura, que se inscreve como sujeitos da sua própria educação, de sua própria libertação, e também na ênfase que dá à cultura como matriz de formação do ser humano. A autora explica que a educação do campo reafirma e dialoga com a pedagogia do oprimido, de que são os oprimidos os sujeitos de sua própria educação; este projeto dialoga também com a pedagogia do movimento compreendendo a dimensão fortemente educativa da participação das pessoas no movimento social e se afirma ainda como uma de suas especificidades a pedagogia



da terra. Assim, a teoria da Educação do Campo deve muito aos movimentos sociais do campo, que reafirmam a prática política e social de fazer movimento como prática educativa e pedagógica, pois se entende que a educação do campo é um movimento de luta e conquistas que se circunscreve no pensamento pedagógico brasileiro da atualidade em defesa da escola do campo e traz na sua essência a retomada dos princípios básicos da Pedagogia de Paulo Freire e dos movimentos sociais dos anos 60 e 70 no Brasil. Nesta linha de pensamento, Gohn (2001) ressalta que os movimentos sociais possuem um caráter educativo que se constrói e reconstrói de várias formas, em vários planos e dimensões que se articulam. Segundo a autora a educação do movimento se constrói no processo de luta e na prática social cotidiana. Trata-se de uma reconstrução histórica que se funda no exercício pleno da cidadania.

Assim, se pode inferir que os movimentos sociais pela educação do campo, através da luta social têm (re) inventado novas estratégias de superação das condicionalidades impostas pelo modelo econômico que prioriza o mercado e exclui o homem e pelo modelo de educação que valoriza o urbano e esquece do campo. Neste sentido, Freire (1987) nos ensina que esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscarem recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem opressores, mas capazes de restaurar a humanidade em ambos.

À luz dessa tese, a educação do campo preconiza uma escola do campo diferente da escola tradicionalmente conhecida como rural. A escola do campo nasce no contexto de luta dos movimentos sociais do campo por educação e por melhores condições de vida no campo. Neste sentido, para se compreender o que é a escola do campo é indispensável saber que os movimentos sociais acabaram por ressignificar dialeticamente a educação rural, transformando-a em Educação do Campo. Caldart esclarece que “Trata-se de uma educação *dos* e não *para os* sujeitos do campo” (2002, p.27). Esta percepção traz consigo um novo projeto político - pedagógico assentado numa educação transformadora e libertadora.

É importante destacar que a identidade da Educação do Campo tem suas raízes na luta dos movimentos sociais do campo por uma política de educação específica para o homem do campo. Trata-se de um movimento de luta e reivindicação por uma política do campo, na qual inclui educação, trabalho e qualidade de vida. A luta por uma educação deste tipo tem sido o traço marcante da luta histórica do movimento social do campo, que não aceita mais a educação compensatória e exige a educação como direito social para o desenvolvimento pleno da cidadania e da democracia social. Neste sentido, a educação não deve ser concebida como serviço ou mercadoria como tem sido reproduzida no contexto neoliberal capitalista, mas sim, acima de tudo



como um direito público subjetivo, conforme preconizado pela LDB 9.394/1996 e pautada nas lutas dos diferentes movimentos sociais.

A educação do campo busca a superação das condições históricas de dominação social imposta aos homens e mulheres do campo, são processos de libertação que têm na resistência cultural uma arma contra os processos ideológicos impostos pelas classes opressoras. A identidade da educação do campo se constrói na própria luta dos movimentos sociais. Neste sentido, constrói uma pedagogia fundada no movimento social em sua dimensão essencialmente educativa. Trata-se de uma pedagogia das lutas sociais, onde os sujeitos sociais e políticos reafirmam acima de tudo um projeto de sociedade e de desenvolvimento. E este projeto de sociedade compreende uma dimensão educativa e política do ser humano com a terra. Dessa forma, a escola passou a ser vista como uma questão também política, quer dizer, como parte da estratégia de luta pela Reforma Agrária.

A Educação Popular originária das reivindicações populares pelo direito à educação guarda uma estreita relação com a Educação do Campo, uma vez que é fundamentada nas ideias de Freire que em princípios filosóficos, políticos, sociológicos, culturais, assume uma identidade popular. A escola do campo, enquanto formadora se baseia num projeto de emancipação que se articula com a uma educação que respeita a cultura e a história de vida de cada camponês, o que pressupõe que o currículo precisa incorporar a diversidade do campo em suas diferentes manifestações.

No referencial da Educação Popular, dá-se ênfase à contribuição de Paulo Freire em relação à formação humana, promovendo uma educação política, com vistas à emancipação, justiça e igualdade social. Esses eixos epistemológicos que a fundamentam são originários dos movimentos sociais populares e fazem parte da Educação do Campo.

O entendimento da Educação do Campo está nos pressupostos da educação do ser humano, em busca de sua liberdade. Freire (2004) faz a análise do fenômeno da opressão social, política e existencial, tendo em vista as relações de exploração do homem, enfatizando a contribuição concreta e possível da educação, para desmistificação de ideologias que condicionam os seres humanos. A Educação Popular está vinculada à visão da educação como ato político, que em Freire (1993), traz como elemento forte e inspirador a preocupação com a politicidade da educação, abordando o político na relação com o pedagógico, expressa nas práticas educativas, recriadas conforme o cotidiano, o imaginário, os interesses e valores da vida de seus praticantes – educandos e educadores – na construção de um projeto de educação humanista que busca um entendimento da sociedade, dos sujeitos oprimidos e dos opressores, questionando a realidade educacional bancária e destacando as possibilidades de construção de um processo educacional de caráter libertador.



Paludo esclarece que se tomar como referência os estudos sobre a Educação Popular no Brasil e na América Latina, há elementos centrais desta concepção de Educação que são mantidos pelo MST em toda a sua trajetória. Para a autora é possível dizer que o que sustenta o MST na tradição/raiz da concepção de Educação Popular são “os seus princípios políticos e pedagógicos, que dão conta de delinear um projeto educativo, o qual é o instrumento que lança as bases para a articulação da educação e da gestão democrática da escola.”(2006, p.12). Os saberes e experiências advindos da educação do campo assumem na ótica dos movimentos sociais e sindicais uma dimensão social, política, cultural e educacional. A Educação do Campo, na sua acepção mais ampla, está sendo produzida neste movimento, nesta dinâmica social. A Educação do Campo, portanto, como um paradigma educacional, rompe com o paradigma da Educação Rural, cuja referência é o produtivismo, ou seja, o campo somente como lugar da produção de mercadorias e não como espaço de vida. A Educação do Campo reinventa o campo através de suas potencialidades e assim, articula o projeto popular.

Conclusões

No arcabouço que fundamenta a Educação do Campo, a Educação Popular está presente como uma concepção de sociedade, de ser humano e de educação, que carrega uma teoria de conhecimento que a torna um instrumento de luta e emancipação. A Educação do Campo traz no seu bojo elementos políticos e pedagógicos da Educação Popular que possibilitam pensar a educação numa perspectiva emancipatória, tendo em vista que, a educação pensada por Freire se insere em diferentes contextos históricos e sociais como um processo dinâmico e de múltiplas relações, carecendo ser construída de maneira crítica e problematizadora, devendo ser fundamentalmente dialógica, na medida em que o ato educativo pode superar a prática de dominação e construir uma prática da liberdade em que educador (a) e educando (a) são os protagonistas do processo, dialogam e constroem o conhecimento mediante a análise crítica das relações entre os sujeitos e o mundo. Ao pensar a educação como um instrumento de transformação e libertação, a educação popular traz elementos essenciais para pensarmos o processo educativo nas escolas do campo. Isso porque a educação como ato político é um processo permanente e pode chegar a uma prática da liberdade, desde que reconheça e supere as estruturas opressoras da sociedade. Portanto, esses fundamentos e práticas têm ressonância na Educação do Campo, considerando que esta se constitui numa perspectiva crítica e emancipatória.



Referências Bibliográficas

ARROYO, M.G. **Por um tratamento público da Educação do campo.** In: MOLINA, M.C; JESUS, S.M.S. A (orgs.). **Por Uma Educação do Campo: Contribuições Para a Construção de Um Projeto de Educação do Campo.** Brasília, DF: Articulação Nacional “Por uma Educação do campo, 2004 **caderno 5.** p. 53-89

ARROYO, M.G ; FERNANDES, B.M. **A educação Básica e o movimento social do campo.** Brasília, D.F: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999.

BATISTA, Maria do Socorro Xavier. O campo como território de conflitos, de lutas sociais e movimentos populares. In: SCOCUGLIA, Afonso Celso; JEZINE, Edineide (Orgs.). **Educação Popular e movimentos sociais.** João Pessoa: Ed Universitária, 2006.

_____. Movimentos sociais e Educação Popular do Campo (re) constituindo território e a identidade camponesa. In: ALMEIDA, M. de Lourdes Pinto de Almeida; JEZINE, Edineide (Orgs.). **Educação e movimentos sociais: novos olhares.** Campinas, SP: Autêntica, 2007.

_____. Educação popular em movimentos sociais: construção coletiva de concepções e práticas educativas emancipatórias. In: **REUNIÃO ANUAL DA ANPED**, 28., Caxambu, 2005.

_____. **A contribuição do pensamento de freire para a educação popular em movimentos sociais.** Texto apresentado no V Colóquio Internacional Paulo Freire. Recife-PE, de 19 a 22 de setembro de 2005.

CALDART, R.S. **Elementos para a construção de um projeto político pedagógico da Educação do campo.** In: MOLINA, M. C.; JESUS, S.M.S. A.(orgs.). **Por Uma Educação do Campo: Contribuições Para a Construção de Um Projeto de Educação do Campo.** Brasília, DF, 2004 **caderno 5. P.** 53-89.

_____. **Pedagogia da Terra: Formação de identidade e identidade em formação,** in: Pedagogia da Terra. Cadernos do Iterra. R.S.Ano II, Nº 6, 2002.

_____. **Por Uma Educação do Campo: Traços de uma identidade em construção,** in: CALDART, Roseli, CERIOLI, P.: KOLING, E.(Orgs.). **Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas.** Brasília: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2004.

CARRILLO, A.T. Educação Popular como prática política e pedagógica emancipadora. In: STRECK, D.R. & ESTEBAN, M. T. (Orgs). **Educação Popular: lugar de construção social coletiva.** Petrópolis, RJ: Vozes, p.15 - 32, 2013.

CNE. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo.** (2001)CNE/MEC: Brasília.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

_____. **Pedagogia do oprimido**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

_____. **Cartas a Cristina: reflexões sobre minha vida e minha práxis**. 2 ed. rev. São Paulo: Editora UNESP, 2003 (Série Paulo Freire)

GADOTTI, M. Educação Popular, Educação Social, Educação Comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum, p. 10-32. In: **Revista Diálogos: pesquisa em extensão universitária**. IV Congresso Internacional de Pedagogia Social: domínio epistemológico. Brasília, v.18, n.1, dez, 2012

_____. **Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Educação**. 5ªed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época; v.5.).

MOLINA, Mônica Castagna et all. **DAS DESIGUALDADES AOS DIREITOS: a exigência de políticas afirmativas para a promoção da equidade educacional no campo**. Brasil. Presidência da república. CDES.SEDES . Brasília-DF, junho de 2009.

PALUDO, Conceição. **Educação Popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático popular**. – Porto Alegre: Tomo Editorial; Camp, 2001.

_____. **Da raiz herança da educação popular à pedagogia do movimento e a educação no e do campo: um olhar para a trajetória da educação no MST**. 29 Reunião anual da ANPED, Caxambu, outubro, 2006.

_____. Educação Popular: dialogando com redes latino-americanas (2000-2003), p.41-61. In: PONTUAL, Pedro & IRELAND, Timothy (Orgs). **Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas**. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2006.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **A História das Idéias de Paulo Freire e a atual crise de paradigmas**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1999.

_____. A progressão do pensamento político-pedagógico de Paulo Freire. **Paulo Freire y la agenda de la educación latinoamericana en el siglo XXI**. Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2001.

STRECK, Danilo R. Entre emancipação e regulação: (des) encontros entre educação popular e movimentos sociais. In: **Revista Brasileira de Educação**, v. 15 n. 44, maio/ago. 2010.